

5 anos de trabalho

Alta Floresta já isolou e implantou sistema de recuperação em mais de 5 mil hectares

Página 02



Cadastro Ambiental Rural

Sua importância nas propriedades rurais em Alta Floresta

Página 03

Pagamento por Serviços Ambientais: estratégia de conservação de nascentes em Alta Floresta



Bacia Mariana é responsável pela captação de água potável para Alta Floresta

Uma política pública ambiental que propicie resultados para o meio ambiente, esse é objetivo do Programa Guardião de Águas que contemplou o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) em 535,32 hectares, o qual reconheceu e pagou ao beneficiário que recuperaram e melhoraram as margens ou entorno de suas nascentes. O programa é executado conforme determina a Lei Municipal 2.040/2013 e seus regulamentos, e é desenvolvida na Bacia Mariana I e II, e em Áreas de Preservação Permanente em Processo de Recuperação (APP).

Para realizar a atividade a Prefeitura Municipal de Alta Floresta por meio da Secretaria de Meio Ambiente contou com apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES que pagou durante 2 (dois) anos (2014-2016) o equivalente a 10 UPFM por hectare/ano de APP em processo de recuperação aos proprietários da Bacia Mariana. Um total de 72 famílias foram beneficiadas e receberam através dessa iniciativa R\$ 300 mil, até março de 2016.

Segundo o engenheiro agrônomo Cleverson Rodrigues, o Pagamento por

Serviço Ambiental (PSA) é uma estratégia para compensar aquele proprietário que cuida da água do nosso município, neste caso a bacia Mariana. “Este produtor inserido dentro dos limites da bacia Mariana I e II, com áreas em processo de recuperação estiveram aptos a receber essa compensação, não é um dinheiro que vai ressarcir a mão de obra, que o produtor investiu no isolamento das áreas, é um valor que faz ser visto como uma pessoa que guarda e cuida daquelas nascentes que passam em sua propriedade”, destaca Rodrigues.

730 perímetros

Georreferenciamento de Imóveis Rurais garante segurança jurídica aos proprietários

Página 03



Receita

Passo-à-passo de como preparar um delicioso peixe assado e recheado

Página 04

As ações da segunda fase do Projeto Olhos D' Água da Amazônia, encerram-se no mês de março de 2016, e continuam sendo realizadas cumprindo seu principal papel: beneficiar os pequenos produtores rurais: a agricultura familiar são metas cumpridas ao longo de 30 meses, que vão desde a regularização ambiental e fundiária, o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis: a criação de abelhas sem ferrão nativas da Amazônia, a consolidação da horticultura, a construção de tanques de piscicultura, a implantação de Boas Práticas Agropecuárias em 20 Unidades Demonstrativas, o Programa Guardião de Águas e o Monitoramento Ambiental, que quantifica todos os dados do Projeto.

Nas edições 9 e 10 do Jornal Olhos D' Água, você irá conferir um compacto de informações com todas as ações desenvolvidas pelo projeto que é uma política pública ambiental desenvolvida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SECMA), visando reduzir e minimizar impactos causados ao meio ambiente, propiciando aos produtores rurais mecanismos de regularizar imóveis rurais e fortalecer cadeias produtivas, gerando renda e qualidade de vida.

Boa leitura!

Alta Floresta já isolou e implantou sistema de recuperação em mais de 5 mil hectares

Recuperar os passivos ambientais das propriedades rurais foi o principal objetivo do Projeto Olhos D' Água da Amazônia, por meio da ação de Recuperação das áreas de preservação permanente degradadas. A necessidade de preservar os recursos naturais surgiu em 2010, quando o municí-

pio sofreu com a escassez no fornecimento de água potável para a população, devido ao alto índice de degradação das nascentes que integram a bacia Mariana.

Alta Floresta possui aproximadamente 8 mil nascentes, distribuídas em duzentas e setenta microbacias hidrográficas, sendo

que 4 mil nascentes estavam degradadas. A mudança se concretizou a partir do ano de 2011, com o PRODAM por meio de um conjunto de ações para enfrentar a degradação ambiental rural, especialmente nas nascentes e cursos de rios localizados em pequenas propriedades rurais. 01



ANTES

Com esse trabalho na primeira fase do projeto foi possível isolar e implantar o sistema de recuperação em 1.738 hectares de área de Preservação Permanentes

Degradadas (APPDs). Já nesta segunda fase do PRODAM, finalizada em março de 2016, a meta foi mais ousada, isolar e implantar sistema de recuperação em

3.317 hectares de área. Ao final destes 5 anos de trabalho, foi possível isolar 5.054 hectares, um fato importante e histórico para Alta Floresta.



DEPOIS

A engenheira agrônoma, Juliana Ferreira da Silva, explica que quando o trabalho iniciou em muitas propriedades não existia mata ciliar, e após 5 anos do

início do projeto estão em processo de consolidação de agroflorestal. “É possível notar os resultados alcançados em muitas propriedades que desenvolveram a ação

de isolar e recuperar essas áreas. Os produtores entenderam a necessidade de isolar essas áreas e preservá-las”, explica.



PANORÂMICA DO LOCAL

Os produtores rurais beneficiados receberam lascas, arame, mudas florestais, além de assistência técnica, capacitações, cursos e palestras para orientá-los.

Com a recuperação e preservação das nascentes Alta Floresta demonstra que já vem cumprindo parte do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), estabelecido

pela lei 9.433/97 que é o instrumento que orienta a gestão das águas no Brasil.

Cadastro Ambiental Rural: sua importância nas propriedades rurais em Alta Floresta



Mapa digital elaborado para retificação dos processos de Cadastro Ambiental Rural

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, que consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental.

É uma ferramenta importante para auxiliar no planejamento do imóvel rural e na recuperação de áreas degradadas, o CAR fomenta a formação de corredores ecológicos e a conservação dos demais recursos naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental, sendo

atualmente utilizado pelos governos estaduais e federal.

A engenheira florestal, Gercilene Meira, explica que o Projeto Olhos D'Água da Amazônia (PRODAM) fase II, na parte que se refere à Regularização Ambiental, teve como proposta a elaboração da Licença Ambiental Única (LAU) de 1.000 (mil) propriedades rurais que já haviam realizado o Cadastro Ambiental Rural (CAR), ainda na fase I, porém, com a aprovação do Novo Código Florestal, lei nº 12.651 de 25 de Maio de 2012, e com a publicação da portaria nº 441 de 23 de setembro de 2014, a LAU deixou de ser a segunda etapa da regularização ambiental das propriedades, ficando o CAR como único instrumento de regularização ambiental, sendo apenas necessário retificar os cadastros feitos, para estarem de acordo com a nova legislação.

Com isso, a proposta do PRODAM foi readequada sendo definidos a retificação de 400 processos de CAR, esse número foi determinado levando em consideração o tempo hábil para conclusão do projeto em março de 2016.

Os processos foram distribuídos nos setores: Nordeste, Noroeste, Sudeste I e Sudeste II, sendo que 100 processos de retificação para cada setor, com os seguintes critérios: Consulta dos processos de CAR: a consulta foi realizada através do site da SEMA, através do CPF de cada proprietário, para identificar se os Cadastro Ambiental Rural haviam migrado automaticamente para a plataforma do SICAR, após a consulta foi realizado a seleção dos CAR que passariam pelo processo de retificação.

Georreferenciamento de Imóveis Rurais garante segurança jurídica aos proprietários

Dando continuidade ao Georreferenciamento de Imóveis Rurais, iniciado na fase I, o PRODAM realizou nesta fase II, o levantamento de 730 perímetros em Alta Floresta. O georreferenciamento consiste na obtenção de coordenadas geográficas para descrição dos limites geográficos de imóveis rurais, atualização de dados cartoriais e posterior certificação da propriedade. O PRODAM propicia até esta etapa, já a parte da averbação deve ser feita em cartório.

Foram contempladas conforme o projeto especificamente aquelas propriedades pertencentes à agricultura familiar, que estão enquadradas dentro dos 4 módulos fiscais, conforme a legislação em vigência.

Segundo o engenheiro agrônomo Raphael Philippe Dias Jorge, a certificação de imóveis rurais garante a estes produtores uma segurança jurídica, já que é o documento com todas as informações da propriedade e posteriormente podem ser averbadas em cartório.

O produtor Jocimar de Col, disse que fazer o Georreferenciamento pela SECMA, foi uma facilidade, pois se tivesse que fazer particular seria difícil. "Se tivesse que fazer particular financeiramente seria difícil além da praticidade, foi rápido esse processo e atendimento na SECMA foi bom, além do custo benefício", completa o produtor.



Monitoramento Ambiental é mecanismo para quantificar os dados do PRODAM



Ação de Monitoramento Ambiental O Projeto Olhos D' Água da Amazônia (PRODAM) é um dos mecanismos utilizados para quantificar os dados gerados, isso possibilita verificar os impactos ambientais e acompanhar melhor os resultados obtidos pelo projeto e gerar subsídios para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SECMA).

De acordo com o responsável pela

ação do Monitoramento Ambiental, o engenheiro florestal, Paulo Eduardo de Oliveira Pontes, com o trabalho de monitoramento ambiental é possível quantificar as áreas licenciadas, hectares de áreas em recuperação, áreas não recuperadas, números de nascentes recuperadas, quantidade de perímetros levantamentos através do georreferenciamento, tipos de atividades desenvolvidas nas propriedades, além das

fotografias que são retiradas nas áreas em recuperação.

Após a coleta de dados, as informações são armazenadas na plataforma online, que é a principal ferramenta de auxílio para este trabalho. A ação é realizada de forma transparente e demonstra o que está sendo acontecendo e os avanços obtidos, explica Oliveira.



| Ingredientes

1 peixe inteiro tipo pacu sem escama (3kg)
suco de 1 limão
3 dentes de alho picados
sal, pimenta-do-reino e cheiro-verde picado a gosto
3 colheres de sopa de manteiga
1 cebola pequena picada
1 pimentão vermelho pequeno em cubos
1/3 de xícara de chá de azeitonas verdes em cubos
2 xícaras de chá de farinha de milho
margarina para untar



| Modo de preparo

Limpe e lave bem o peixe e tempere com suco de limão, o alho, sal e pimenta. Aqueça uma panela, em fogo médio, frite bem a calabresa, cebola e o pimentão com a manteiga. Adicione a azeitona, a farinha de milho. Retire do fogo, tempere com sal, pimenta e cheiro-verde picado. Unte o peixe por dentro e por fora com manteiga. Recheie com a farofa e prenda com palitos. Coloque em uma assadeira untada, cubra com papel-alumínio e leve ao forno médio, por meia hora. Retire o papel alumínio, e deixe por mais meia hora no forno para dourar.

| EXPEDIENTE

Prefeito Municipal
Asiel de Araújo Bezerra

Secretária de Meio Ambiente
Aparecida Scatambuli Sicuto

Coordenador Executivo do Projeto
José Alesandro Rodrigues

Jornalista Responsável
Giselle Oliveira (MTB 47.705/SP)

Projeto Gráfico
Fabricio Lobato

Editoração Eletrônica
Fabricio Lobato

Tiragem
3.000 exemplares

Prefeitura Municipal de Alta Floresta
Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Projeto Olhos D'Água da Amazônia
Telefone: (66) 3512-3125
Endereço: Rua U-1 - Canteiro Central - CEP 78.580-000
Alta Floresta - Mato Grosso
www.podam.com.br



Prefeitura Municipal
Alta Floresta

